

# O materialismo histórico e dialético nas pesquisas em EPT: concepções preliminares e princípios metodológicos

Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima<sup>1</sup>

Daniele dos Santos Rosa<sup>2</sup>

Cláudio Nei Nascimento da Silva<sup>3</sup>

## 1. Introdução

O método científico é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos (KOSIK, 1976, p. 54).

A realização de pesquisas na área educacional (como em qualquer outra área) tem início ao se considerar três aspectos: o estabelecimento de um problema, o levantamento do referencial teórico e as escolhas metodológicas. Não é possível tomar estes aspectos em separado, já que constituem fases que se autoalimentam e se autojustificam, reforçando o caráter de intercomplementaridade das etapas de uma pesquisa científica. A formulação de um problema, por exemplo, pressupõe o contato, ainda que incipiente, com a literatura; a compreensão teórica de um determinado fenômeno facilita as escolhas metodológicas e estas devem considerar as particularidades do problema, como também sua relevância e plausibilidade em termos epistêmicos.

Vê-se, portanto, que a prática consciente da pesquisa científica rechaça a compreensão do processo

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora do Instituto Federal de Brasília (IFB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8425-1269>. E-mail: [fernanda.lima@ifb.edu.br](mailto:fernanda.lima@ifb.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Literatura e Práticas Sociais. Professora do Instituto Federal de Brasília (IFB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3713-307X>. E-mail: [daniele.rosa@ifb.edu.br](mailto:daniele.rosa@ifb.edu.br)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência da Informação. Professor do Instituto Federal de Brasília (IFB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3285-5268>. E-mail: [claudio.silva@ifb.edu.br](mailto:claudio.silva@ifb.edu.br)

de construção do conhecimento como algo meramente instrumental, em que ao pesquisador caberia a escolha de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos em seu pré-projeto de pesquisa. Pesquisar, de modo geral, e pesquisar em educação pressupõem escolhas tanto de ordem metodológica quanto política, evitando, como nos lembra Frigotto (2018), perspectivas marcadas pela a-historicidade. Nesse sentido, este trabalho é um debate metodológico e busca responder a uma questão que muita dúvida tem gerado entre pesquisadores iniciantes da área da educação profissional: qual a relação entre método e metodologia nas pesquisas em educação profissional? Ou, dito de outra forma, como se situa o método materialista histórico e dialético no contexto das metodologias de coleta e processamento de dados? Ou, ainda, como metodologias no âmbito das pesquisas em educação profissional podem, não só convergir para uma perspectiva crítica, mas também reforçar sua natureza elucidatória?

Na busca por responder devidamente a estas questões, este capítulo será subdividido em duas partes. Na parte 1, intitulada Concepções Preliminares, pretende-se uma aproximação ao método materialista histórico e dialético por meio da compreensão de cada um dos seus termos fundantes, buscando evidenciar tanto sua significação para o método em si como ainda sua historicidade no processo de investigação da experiência social. Na parte 2, intitulada, Princípios Metodológicos, buscar-se-á evidenciar as especificidades do método, tendo em vista caminhos que lhe são inerentes e fundantes.

É importante mencionar que nosso objetivo aqui é realizar um estudo epistemológico que aponte as relações entre o método materialista histórico e dialético, enquanto uma forma científica de ver e analisar a experiência humana, e a pesquisa em educação profissional. Por isso, não iremos explorar diretamente o desenvolvimento teórico desse método, que se inicia com Marx mas que se prolonga até os dias atuais; dando prioridade às suas características e princípios que possibilitarão, à pesquisa na educação profissional, o avanço teórico e prático tão necessário e desejado.

Nesse sentido, além da compreensão da direção que as questões acima apontam, há uma questão de fundo a qual não se pode negligenciar: pesquisas em educação e, sobretudo, pesquisas em educação profissional devem apresentar, em alguma medida, um nível satisfatório de compreensão da relação entre educação e sociedade. O pesquisador da área da educação profissional

deve reconhecer que a educação é, ao mesmo tempo, síntese das determinações econômicas de nossa sociedade, na medida em que contribui com a reprodução do *status quo*, como também espaço para o desenvolvimento da capacidade de compreensão das contradições dessa mesma sociedade, com vistas à sua superação.

A separação entre educação e sociedade, portanto, é só mais uma noção de separação que precisa ser, a todo custo, enfrentada. Assim como o valor de troca da mercadoria produzida pelo trabalhador é apropriado pelo detentor do capital, reforçando o caráter cumulativo próprio do capitalismo, também o valor educacional do conhecimento produzido pela humanidade é concentrado pela classe burguesa, perpetuando uma versão estratificada da sociedade por meio da educação. Somente um método que amplie as possibilidades de compreensão da realidade para além da mera descrição é capaz de produzir conhecimentos que considerem a educação como parte de uma totalidade social em que será possível subjugar os interesses de classe em prol de uma outra forma de sociabilidade mais igualitária e mais justa.

## 2. Concepções Preliminares

A perspectiva materialista histórica e dialética, enquanto método de pesquisa, se origina da forma de investigação concebida por Marx, a partir da necessidade concreta de compreender as transformações sociais que se estabeleciam com o advento da sociedade civil moderna, com a consolidação do modelo capitalista de sociedade.

Justamente pela instauração do modo burguês de produção, a forma de se compreender a humanidade já havia passado por uma revolução, no qual se tornara possível perceber a sociedade como resultado das ações dos seres humanos, desmistificando concepções feudais que relegavam ao divino e à natureza muitas das explicações sobre o mundo social. Neste contexto se sobressai Hegel (1770-1831), como o último grande pensador da filosofia burguesa revolucionária (LARA, 2013). Em uma base estrutural na qual foi permitido à humanidade se perceber como criadora de sua realidade, a filosofia hegeliana traz, pela primeira vez, a perspectiva de que seria a humanidade, por sua própria atividade (da consciência), a comandar os rumos da história humana:

O modo de produção capitalista dotou a humanidade de forças produtivas tão desenvolvidas que, pela primeira vez, os homens

podem compreender a história como algo feito por eles próprios, e não mais como um destino imposto aos homens pelos deuses ou pela natureza. Hegel dá o primeiro passo, e Marx, algumas décadas depois, o passo conclusivo desta fantástica descoberta: os homens, e apenas eles, são os únicos responsáveis pela sua história. Em outras palavras, a história dos homens seria obra exclusiva deles ao longo do tempo (LESSA 2015, p. 107).

Já tinha sido percebida a possibilidade de a humanidade intervir na realidade, desde o início da modernidade, mas na visão hegeliana a humanidade se torna responsável por todas as transformações sociais ao longo de toda a história. Transformações que eram, supostamente, geradas pela consciência humana. Com isso, consegue explicar, de forma inaugural, toda a história humana, como sendo a história do desenvolvimento do espírito (LESSA, 2012).

Com a dialética histórica hegeliana se estabelece premissas substanciais para o processo revolucionário, a saber: a sociedade se funda não pelo princípio da identidade, mas pelo da contradição; o verdadeiro é o todo (totalidade); ser é processo (vir a ser); o real é racional e o racional é real (HUNGARO, 2008). A atividade humana se eleva como um ponto de destaque nas transformações da própria humanidade, todavia, com o enfoque da realização no plano abstrato das ideias. “Em Hegel [...] apenas o trabalho liberta, mas, além disso, liberta apenas espiritualmente [...] A libertação, como antes, a dominação, tem por eixo o reconhecimento do valor humano; isto é, dá-se no plano de espírito” (VÁZQUEZ, 2007, p. 79). Sendo assim, o filósofo alemão traz a liberdade para o campo de efetivação prática: a partir da atividade humana, a liberdade poderia se integralizar, porém se realizando exclusivamente na consciência:

Hegel nos oferece o primeiro tratamento filosófico profundo da práxis humana como atividade transformadora e produtora de objetos materiais. Nesse sentido desliga-se de seus antecessores idealistas imediatos, que reduzem a prática a um tipo peculiar de atividade da consciência, fundamentalmente moral (VÁZQUEZ, 2007, p. 68).

A evolução do espírito humano parecia ser a fonte do progresso humano. A história da humanidade seria a gradativa tomada de consciência de sua liberdade, e a sociedade burguesa seria a completude dessa libertação. Para Hegel, foi com a revolução burguesa que a humanidade finalmente tinha aprendido a “fazer história” (LESSA, 2012). A sociedade burguesa, aparentemente instaurada pela vontade humana, não seria uma sociedade

opressora aos indivíduos. O filósofo alemão entende, portanto, que a relação entre indivíduo e sociedade não seria mais conflituosa e, sim, harmoniosa.

Contudo, a sociedade burguesa se desenvolvia no sentido oposto à harmonia. Apenas crescia a contradição no interior desse grupo social então revolucionário, que outrora havia representado os interesses da totalidade do povo contra à reação absolutista-feudal. Se estruturava, agora, o proletariado, enquanto classe autônoma, cujos interesses de perpetuar uma luta a favor do povo conflitava com as necessidades da exploração burguesa. Desta forma,

O medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo ascendente do projeto burguês, pois sua perspectiva teórica choca-se com os limites do projeto de sociedade (LARA, 2013, p. 93).

Com a necessidade de refrear a continuação do movimento revolucionário, que poderia alçar uma sociedade sem classes, a leitura da realidade é posta à serviço de sua conservação: “o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente” (COUTINHO, 2010, p 35). Com a consolidação do capitalismo, a classe burguesa recorre a construções ideológicas que anteriormente precisou superar, negando fundamentos libertários que ajudou a construir:

Na história da filosofia burguesa, é possível discernir – com relativa nitidez – duas etapas principais. A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda – que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética (COUTINHO, 2010, p. 21).

As teorias burguesas antes revolucionárias são interpretadas de forma conservadora, utilizando análises que enraízam a ideia de que a sociedade burguesa seria a última e insuperável expressão da sociabilidade humana. Os avanços hegelianos sobre a configuração mutável da realidade se estacionam com os chamados hegelianos de direita, que entendem que a humanidade havia alcançado o “fim da história” com a sociedade

capitalista (NETTO, 2009). Há, portanto, uma ruptura no interior do pensamento deste teórico:

O pensamento de Hegel dividiu a cultura alemã, no pós-1830, em dois polos. Em torno de uma de suas afirmações – “o real é racional” – duas interpretações operaram essa divisão acerca da correta interpretação de Hegel: a primeira que entendia essa elaboração da seguinte maneira – o real está conforme os desígnios da razão (portanto, é intocável); e uma segunda interpretação que a entendia da seguinte maneira – o real pode ser submetido à crítica racional (portanto, passível de ser entendido e transformado). Em torno da primeira interpretação, juntaram-se os conservadores que foram denominados como a “direita hegeliana” e ao redor da segunda, os inquietos jovens que ficaram conhecidos como a “esquerda hegeliana” (HUNGARO, 2008, p. 27-28).

Inicialmente em aproximação da esquerda hegeliana, Marx (2010) se apropria dos avanços hegelianos e, posteriormente, realizando a inversão de sua teoria de acordo com a realidade concreta, perpetua o movimento de desvelamento do real. Nesse movimento, no qual se sobressai sua parceria com Engels (MARX; ENGELS, 2008, 2009), o pensador prussiano realiza o desenvolvimento de uma teoria capaz de fundamentar cientificamente os interesses do proletariado, explanando as leis fundamentais do capitalismo. Sendo assim, em meio a degradação das ideias burguesas, se inicia a construção de uma teoria revolucionária antagonista à ciência burguesa.

O abismo entre a teoria revolucionária e a teoria burguesa, portanto, começa a se aprofundar. Se tornava evidente a necessidade da subversão do capitalismo para poder se alcançar a emancipação da humanidade, o que, conseqüentemente, impeliu os retrocessos dos avanços da teoria burguesa que fora um dia revolucionária. “Ou seja, entre a herança teórico cultural emancipadora e a manutenção da ordem, a burguesia opta pelo segundo, dando origem ao ‘pensamento da ordem’, berço perfeito para o nascimento das ciências sociais especializadas” (LARA, 2013, p. 93).

A visão da totalidade é abandonada em nome de uma valorização da especialização compartimentada das ciências. A economia se separa da política, a filosofia se distancia da vida social. Se institui a sociologia como forma de explicar, e apenas explicar, a sociedade utilizando os moldes racionais-empíricos das ciências naturais, o que remete, de certa forma, a uma naturalização da sociedade. No conjunto das elaborações burguesas a missão era, a todo custo, conformar os princípios de liberdade de forma

que este coubesse dentro da lógica positivista. Caracterizando este período como a decadência ideológica da burguesia, Lukács (1979, p. 99) explica:

A decadência ideológica surge quando as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas, ou são inclusive mais ou menos ignoradas, ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos, vistos como a força motriz da realidade. Precisamente porque o movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa, mesmo a mais “radical” e “profunda” introdução de tais momentos puramente subjetivos transformar-se-á objetivamente num apoio à burguesia reacionária.

Lara (2013, p. 96), se apoiando nos estudos lukacsianos, elenca as seguintes características deste período:

a) a renúncia do pensamento social com preocupações de dar respostas para as mudanças sociais que ocorrem na produção e reprodução da vida social; b) o não questionamento ao capitalismo; c) a desconsideração das descobertas das ciências naturais que questionam os dogmas religiosos; d) o neokantismo e o positivismo como tendências dominantes; e) a filosofia dominante da época é a filosofia de professores e torna-se ciência especializada; f) a filosofia renuncia à sua antiga missão social, cessa de ser expressão, no plano espiritual, dos grandes interesses históricos da burguesia e abandona o problema ideológico; g) o pensamento social como “guarda-fronteira”, ou seja, explicação e justificação da vida burguesa; h) a emergência dos intelectuais burocratizados que fazem parte do aparelho do Estado; i) a radicalização da divisão social do trabalho e a emergência dos intelectuais com suas propostas de métodos e independência relativa para suas “ciências”.

A concepção idealista dialética histórica retrocede para um idealismo a-histórico moralizante, com um neokantismo que recicla valores revolucionários, os mistificando de forma reacionária. A compreensão de liberdade nesta mistificação, além de depender de cada um, seria algo a ser realizado no plano abstrato da consciência e da política.

Buscando continuar o então movimento científico revolucionário, a partir dos avanços já alçados por Hegel, Marx realiza uma análise da teoria hegeliana na qual percebe que a compreensão da sociedade civil e suas manifestações não poderiam ser explicadas, e muito menos transformadas, a partir de estruturas abstratas, como, por exemplo, a consciência. Mas que, ao contrário, a consciência humana estaria condicionada às condições materiais de existência da humanidade. E que,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 49).

Nesse sentido, se opondo ao idealismo então em voga, Marx (2013, p. 129) explica:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Desta forma, os avanços hegelianos sobre uma concepção de realidade social que é histórica são apropriados, porém, não a partir do desenvolvimento das ideias, mas de um movimento real, do mundo concreto:

Hegel libertara da metafísica a concepção da história, tornando-a dialética; mas sua interpretação da história era essencialmente idealista. Agora, o idealismo fora despejado do seu último reduto: a concepção da história -, substituída por uma concepção materialista da história, com o que se abria o caminho para explicar a consciência do homem por sua existência, e não esta por sua consciência, que era até então o tradicional (ENGELS, 2003, p. 12).

A perspectiva materialista do método significa que se parte de uma compreensão concreta do objeto pesquisado. Em oposição à concepção abstrata,

a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não dos homens narrados, pensados imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com



base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2009, p.31).

É nesse sentido que podemos afirmar que, para Marx e para seu método de pesquisa, toda a realidade é essencialmente material. Assim como o mundo natural que nos rodeia, nós existimos *a priori* independentemente da nossa consciência, pois a realidade é objetiva, concreta, e não o resultado do que podemos ou não pensar sobre ela. É a partir desse pressuposto material que este método de pesquisa estabelece o princípio da verdade, pois se há uma concretude no mundo, então é possível conhecê-lo, pois possui uma estrutura, uma existência independente do ser, independente do pensamento. Nesse sentido, é possível não apenas conhecê-lo, mas teorizar sobre ele, não a partir apenas do que se poderia construir na mente, mas sim buscando reproduzir na reflexão teórica o seu próprio movimento concreto.

Trazendo ao mundo concreto sua preexistência sobre as ideias, o materialismo histórico e dialético se contrapõe à compreensão de verdade relativista e subjetiva e, ao mesmo tempo, à ideia de uma verdade absoluta e transcendental. Admite, portanto, ser possível alcançar uma verdade objetiva, embora esta seja mutável e relativa à história. Como afirma Kosik (1976, p. 19), “a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza”. O método marxiano se compõe, portanto, como um método de sucessivas aproximações, no qual se realiza a ascensão do abstrato ao concreto, ou seja, a elaboração ideal do mundo real (HUNGARO, 2008).

Kosik (1976) esclarece que a perspectiva marxiana sobre a realidade objetiva se configura como uma realidade contraditória, histórica e mediada. Histórica, pois, designa uma visão do desenrolar da experiência humana que busca a força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento da sociedade, sejam eles as transformações dos modos de produção e de troca, seja a conseqüente divisão da sociedade em classes distintas, seja a luta entre essas classes.

Essa força motriz, para ser encontrada, precisa, necessariamente, do reconhecimento de que a história humana se realiza por meio do movimento constante de superação das contradições, assim como precisa partir de uma perspectiva empírica, cujo enfoque não tem por princípio a mediação de um pensamento abstrato prévio, mas se realiza por meio de

observações que possibilitem uma definição precisa das condições reais. Por isso, há neste método um compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta em oposição a uma reflexão filosófica abstrata, cuja reflexão se baseará na tentativa de encontrar a origem e as forças de desenvolvimento que sustentam o que se quer compreender na vida humana.

Uma dessas forças é a contradição dialética inerente ao movimento de desenvolvimento humano. Ao observarmos a história humana, podemos perceber como o capitalismo é o momento histórico de maior avanço, comparado aos momentos anteriores, mas é também o momento de maior retrocesso da história humana. Neste exemplo concreto, verifica-se como o avanço e o retrocesso se comportam no capitalismo como um par em constante contradição, por isso, dialético. É importante ressaltar que o componente dialético percebido na realidade reafirma o quanto essa mesma realidade concreta não é uma substância estática, que formaria uma unidade indiferenciada. Ao contrário, estamos diante de uma totalidade que é diferenciada e contraditória, cujo conflito de contrários possibilita o avançar da própria realidade. Ao conseguirmos superar as contradições do capitalismo - como um dia fizemos em relação ao sistema econômico no feudalismo - outras se formarão.

É nesse sentido que, no materialismo histórico e dialético, o movimento que encontramos na realidade supera a representação triádica da “tese/antítese/síntese”, demonstrando-se que esse movimento não é um esquema mental criado para explicar a realidade, mas um movimento próprio do desenvolvimento humano, cujo motor é a contradição.

Percebendo que a realidade em si é dialética, depreendemos-se categorias de análise que tornam possível conhecê-la. Totalidade, contradição e mediação são, assim, categorias fundamentais (NETTO, 2002), próprias da realidade, de forma que sem a sua compreensão, a realidade permanece no plano da aparência. O conhecimento, desta forma, não está dado; a sua representação constitui sua forma fenomênica, sua aparência, a primeira forma apreensível, em que ainda não é possível perceber sua relação com o todo, sendo assim, uma apreensão imediata.

Por isso, a partir do movimento dialético, torna-se possível alcançar o nível concreto desta representação, ou seja, a essência de determinado fenômeno, na qual se percebem suas conexões, suas mediações. Nesse sentido, “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p. 15). A essência do fenômeno está presente no próprio fenômeno, porém velada por

uma aparente visão apoiada na obviedade de sua apresentação. Assim, a essência se manifesta no fenômeno, mas para captá-la é necessário o reconhecimento de seu movimento dialético.

### **3. Princípios Metodológicos**

Como bem evidencia Netto (2011), o método materialista histórico e dialético é resultado de um avanço crítico que se estabelece a partir do conhecimento acumulado - seja na filosofia alemã, com Hegel, seja na economia política inglesa, com Adam Smith e David Ricardo. Marx, ao empreender uma análise profunda da sociedade burguesa, pôde descobrir sua estrutura e a descrever sua dinâmica a partir de estratégias metodológicas que serviram de instrumento para um conhecimento aprofundado e verdadeiro da realidade social.

Contudo, diferentemente de outros métodos científicos, o materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx não possui uma lista de afazeres gerais que devem ser executados frente ao objeto pesquisado. Devido à complexidade do objeto a que se destina, o método torna-se uma espécie de “lente” que contribuirá para a condução do olhar do pesquisador ou pesquisadora. Nesse sentido, o que encontramos no método de Marx são alguns princípios - neste estudo serão elencados cinco - que buscam contribuir para uma maior compreensão dos caminhos que orientam a forma de ver e pensar o objeto a ser analisado.

Como primeiro princípio, o materialismo histórico e dialético é um método que, ao se destinar a responder aos problemas e às necessidades da experiência humana em uma época em acelerada transformação, necessita que o pesquisador ou pesquisadora reconheça que o seu objeto de análise - qualquer que seja o fragmento da vida social - é mutável, está vivo.

Ao reconhecer a contingência e a possibilidade de mudança do objeto, já é possível antever o segundo princípio do método de Marx: a concepção de história. Em oposição ao Positivismo, é necessário reconhecer que o passado não explica o presente. Para os Positivistas, a grosso modo, sempre o mais simples, identificado recorrentemente no passado, explica o presente, que é - naturalmente - o mais complexo. Assim, a contemporaneidade, em toda a sua complexidade, pode ser explicada ao conhecermos o passado, a origem da humanidade.

Já para o materialismo histórico e dialético o conhecimento da contemporaneidade, por exemplo, somente pode ser alcançado

quando se analisa o hoje, quando buscamos no passado a origem do hoje, mas não como algo determinante, e sim como parte da captação de seu desenvolvimento. Por isso, o caminho da pesquisa precisa trilhar seu desenvolvimento histórico em um estudo que seja sincrônico e diacrônico, para então ser possível identificar os limites e os avanços que auxiliam nas respostas às questões do presente.

Marx parte de um problema do seu tempo: como produzimos tanta riqueza e ainda há tantas pessoas famintas, sem moradia? Essa é sua pergunta de pesquisa. Para respondê-la, estuda a origem da sociedade atual, a burguesa, estuda seu desenvolvimento, sua estrutura de produção e reprodução dessa sociedade, identifica seus avanços e seus limites e propõe possibilidades de superação desses limites. Por isso, o método a partir de Marx é histórico sob dois aspectos: o fato de reconhecer que o objeto pesquisado já está consolidado, já revelou o florescimento de sua estrutura e é essa estrutura que precisa ser analisada. É histórico também porque a pesquisa se faz e se debruça sobre algo situado historicamente, é em si parte dessa história também. Como exemplo, podemos relembrar como o ano de 1848, conhecido como a Primavera dos Povos, em que muitos movimentos revolucionários foram deflagrados na Europa, e como esse momento é importante no desenvolvimento do método para Marx, pois os fatos que alimentaram sua pesquisa demonstraram um caráter revolucionário, uma confiança na ação humana, na possibilidade da humanidade construir a sua própria história.

Dessa forma, cabe salientar, que não faz parte do método materialista histórico e dialético buscar nos escritos de Marx a resolução dos problemas e impasses de hoje. O que encontraremos em seus escritos que fundamentam seu método é um estudo aprofundado da origem, do desenvolvimento e dos limites da sociedade burguesa, realizado com tal profundidade que permite compreender os processos que conduziram a experiência humana até este momento estudado, permitindo que hoje possa ser feito o mesmo: partir dos questões da atualidade e, na busca por respondê-las, encontrar sua origem, seu desenvolvimento e, reconhecendo seus limites, superá-las.

Marx, em seu tempo, fez isso a partir do que neste estudo apontamos como o terceiro e quarto princípios essenciais para uma compreensão aprofundada de seu método: a) diferenciação entre método e técnicas; e b) a permanência da concepção de verdade. Há uma importante diferença entre as técnicas e materiais que usamos durante um processo de pesquisa e o método, ou seja, a

base a partir da qual se analisa o objeto.

Para Marx, o método está dentro do objeto, somente no próprio processo de análise é que o método vai se constituindo. O próprio objeto que está sendo conhecido é que estabelece quais técnicas e materiais serão mais apropriados. Não é possível fazer isso *a priori*. Não há uma receita. Trata-se de um método que vai além de uma seleção ou conjunto de técnicas e materiais a serem indicados para uma pesquisa determinada. Um método que percebe a independência, a historicidade e a relação entre o objeto pesquisado e o pesquisador ou a pesquisadora.

No caso específico da pesquisa em Educação Profissional, é essencial reconhecer que o objeto de estudo - a sociedade - ao mesmo tempo que existe independente do pesquisador ou da pesquisadora e pode ser por ele ou por ela observada, neste caso, eles próprios fazem parte de seu objeto. Por isso, ao fazer parte de seu próprio objeto, além de reconhecer que a imparcialidade é impossível, é preciso verificar que além de a sociedade estar em constante mudança, essa mudança também atinge os pesquisadores enquanto indivíduos. Por isso, Netto (2011) afirma que para apreender um objeto de pesquisa que se situa na vida social, e, por isso, rico em complexidade, os pesquisadores precisam também “ser ricos” em conhecimento, ou seja, buscar por meio dos mais variados instrumentos um conhecimento cada vez mais amplo da própria sociedade.

Assim, essa busca por um conhecimento cada vez mais aprofundado da vida social, que pauta a relação entre pesquisador e objeto pesquisado, tem por busca a verdade; aqui estabelecido como o quarto princípio. Para Marx, o objeto pesquisado, que é a sociedade humana, pode ser compreendida, pode ser conhecida. Em seu método nega-se a impossibilidade de compreender o mundo, seja porque este se tornou tão complexo que o único ser racional que aqui se desenvolveu já não tem mais inteligência possível para compreendê-lo em sua totalidade; seja, em seu contrário, que o desenvolvimento humano é sim competente para compreender o mundo social, mas cada um dos indivíduos o compreende do seu jeito, e assim há uma infinidade de verdades, que resulta - novamente - na impossibilidade de abarcá-lo. O método materialista histórico e dialético se opõe a isso: o ser humano, por meio de um olhar atento à sua realidade, pode conhecer e compreender a si e ao mundo à sua volta, e além disso também pode modificá-lo.

Pensar o materialismo histórico e dialético implica compreender as suas bases de fundação enquanto método. Não se

trata de uma lista de procedimentos de análise - esses procedimentos podem ser os mais variados. O mais importante é reproduzir mentalmente - de forma teórica - o exato movimento desse objeto pesquisado, seu movimento concreto, real e verdadeiro. Quanto mais essa formulação teórica se aproximar desse movimento real, mais eficiente foi a pesquisa e, portanto, a compreensão desse objeto.

É preciso retomar: Marx parte de um problema do seu tempo. Como produzimos tanta riqueza e ainda há tantas pessoas famintas, sem moradia? Marx foge das respostas simples à essa questão: as pessoas são egoístas por natureza, ou a vida é assim... Marx pretende chegar à raiz da questão, então se dedica a compreender a origem, o desenvolvimento e os limites daquilo que foi sua pesquisa (a sociedade burguesa), para a partir disso propor caminhos de superação desses limites. Essa origem, esse desenvolvimento e esses limites não foram simplesmente formulados por Marx, eles estavam no cotidiano, na vida social; Marx soube captá-los, torná-los visíveis e racionalmente identificáveis no seu próprio objeto de análise.

Aos quatro princípios anteriormente tratados, some-se o último que neste estudo será abordado: a centralidade da categoria trabalho. Para o materialismo histórico e dialético não há nenhum componente da experiência humana, seja ele concreto ou abstrato, que não seja explicado pelo trabalho, enquanto categoria fundante do ser social.

Neste método, a relação entre o ser humano e natureza é compreendida em seu movimento fundante, ou seja, como um intercâmbio que se desenvolve historicamente por meio da ação humana que, ao mesmo tempo, cria e transforma o mundo ao seu redor assim como estabelece as relações sociais entre os seres humanos.

É por meio do trabalho que, em um primeiro momento, se constitui a relação entre ser humano e meio natural, como se deu, por exemplo, na produção das ferramentas. Quando o homem primitivo passa a utilizar um pedaço de tronco e uma pedra como ferramenta de corte, de retirada de frutos, de arma, esses materiais - antes naturais - deixam de ser parte somente do mundo natural para se tornar também parte significativa do mundo humano, se tornam natureza humanizada e passam a estar a serviço dos seres humanos.

Contudo, esse ato - a construção de uma ferramenta - que inicialmente relacionava um ser e o mundo natural, se torna algo

da espécie, porque vai modificar não a vida apenas desse ser que criou a ferramenta, mas de todos outros seres humanos à sua volta. E não apenas enquanto esse ser que a criou pela primeira vez existir: esse conhecimento vai ser passado para as outras gerações, que vão, pelo trabalho, aprimorar a própria ferramenta e o seu uso, permitindo que a humanidade saia do tronco e uma pedra, para uma enxada e para o maquinário agrícola autoguiado que atualmente se faz uso.

Tendo no trabalho um dos seus princípios, o materialismo histórico e dialético se coloca como um método cujo centro é a experiência humana, por isso é em si um método ontológico, que busca compreender o ser por meio daquilo que o constitui. Nesse sentido, quando se propõe a pensar a Educação Profissional, os princípios mencionados se colocam como caminhos que possibilitam uma visada que tentará encontrar na concretude dessa experiência a sua complexidade fundante e, a partir dela, superar suas contradições.

#### **4. Algumas considerações finais**

A compreensão das categorias fundamentais do materialismo histórico e dialético, elencadas nos tópicos anteriores, é determinante de forma a evitar uma falsa aceção do real. Por vezes tentando explicar a realidade em condições mistificantes, por outras tentando realizar uma mistificação do real, muitas teorias foram engendradas servindo a uma conservação do existente, negando sua potencialidade revolucionária:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda [...] porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária (MARX, 2013, p. 129-130).

Como demonstra Marx, o materialismo histórico e dialético se propõe justamente a desmistificar uma compreensão imediata, fragmentada e identitária do assim existente. É neste sentido que é preciso compreender que cada aspecto da realidade carrega em si o potencial do seu contrário, sendo a eliminação das contradições uma aspiração fantasiosa e, ainda, problemática. A contradição,

além de ser inerente à realidade, é o fator que promove o movimento da história. Como explica Cury (1987, p. 31, grifos do autor),

A contradição, pois, ao interpretar o real, capta-o como sendo resultado de uma inadequação pugnativa entre o *que é* e o *que ainda não é*, numa síntese contraditória. Por isso, todo o real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários.

Para entender que cada expressão da realidade se vincula ao seu contrário é necessária a percepção de que a realidade se constitui como uma totalidade, com nexos estruturantes que são determinantes e determinados em toda composição do real. Considerar a totalidade significa que “cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (KOSIK, 1976, p. 31).

A totalidade significa, além dos fatos, a relação que ocorre entre estes, as suas mediações. Perceber os fatos em seu aspecto imediato é justamente não considerar todas as relações que constituem determinado objeto. Neste sentido, “o conceito de mediação indica que nada é isolado. Implica, então, o afastamento de oposições irredutíveis e sem síntese superadora. Por outro lado, implica uma conexão dialética de tudo que existe” (CURY, 1987, p. 43).

Com esta compreensão, todos os aspectos da realidade estão em constante movimento interligado, na qual seria impossível afirmar a imutabilidade histórica do existente. A própria atividade humana, na forma da *práxis*<sup>4</sup>, se irrompe como uma categoria que promove as transformações do existente. De forma mais clara, Kosik (1976, p. 109, grifo do autor) afirma que

O materialismo dialético é uma filosofia radical porque não se detém nos produtos humanos como uma verdade de última instância, mas penetra até às raízes da realidade social, isto é, até o homem como sujeito objetivo, ao homem como ser que cria a realidade social.

O que deixa claro que a constituição dos aspectos do real inclui a consciência dos sujeitos, afinal, “a produção das ideias,

---

<sup>4</sup> O termo *práxis* significa a atividade humana, guiada pela sua consciência, que se desenvolve com o conhecimento teórico sobre a realidade concreta (KOSIK, 1976; VÁZQUEZ, 2007).



das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Desta forma, o ser humano não é um agente passivo, apenas contemplativo da realidade existente. É neste aspecto que Marx (2009) se distancia do materialismo vulgar, no qual

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*] (MARX, 2009, p. 119, grifo do autor).

Ao considerar o sujeito com um papel ativo, o desenvolvimento do conhecimento torna-se atividade objetiva, sendo necessário o esforço por uma construção ideal que seja fidedigna ao real. Esse esforço dialético constitui a própria atribuição da ciência, consciente de que quanto maior a compreensão da realidade maior a capacidade de atuação em prol do objetivo que se deseja atingir. Desta forma, conhecer algo não corresponde apenas a uma necessidade de conhecer, mas a uma necessidade de guiar sua prática, em direção a uma práxis revolucionária (VÁZQUEZ, 2007).

Neste aspecto, a dialética materialista histórica se torna substancial para a pesquisa em Educação Profissional pois tem por objetivo não apenas esclarecer como os fenômenos se manifestam no real, mas também para indicar caminhos possíveis de intervir neste real. Como lembra Marx (2009, p. 122), “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

## 5. Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estruturalismo e miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Autores Associados-Cortez Editora, 1987.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**.

2003. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/tme\\_06.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_06.pdf)>. Acesso em 17 fev. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. **Experiência: um termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 264p. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan/jun, 2013.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LESSA, Sérgio. **Introdução à ontologia de Lukács**: aspectos históricos e ontológicos. Brasília: Programa de Pós-graduação em Educação Física - PPGEF/UnB. 2012. 5 Discos Digitais de Vídeo (DVD). 803min.

LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: \_\_\_\_\_. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Prólogo à edição brasileira. In: MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NETTO, José Paulo. Curso o método em Marx. Recife: **Programa de pós-graduação em serviço social-UFPE**. 2002. 10 Discos Digitais de Vídeo (DVD). 815min.

VÁZQUEZ, A. Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.